

PROCESSO - A. I. Nº 130609.0004/08-0
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - BAHIA CABOS COMERCIAL LTDA.
RECURSO - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 1ª JJF nº 0271-01/09
ORIGEM - INFAZ VAREJO
INTERNET - 05/10/2010

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0324-11/10

EMENTA: ICMS. 1. NULIDADE. FALTA DE CERTEZA E LIQUIDEZ DO LANÇAMENTO. Descrição imprecisa do fato. Inexistência, nos autos, de elementos que indiquem ter havido suprimento de caixa de origem não comprovada. Infração nula. 2. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. ENTRADAS INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. Fato demonstrado nos autos. O autuado comprova que parte do valor exigido já fora objeto de parcelamento antes do início da ação fiscal. Redução do débito. Infração parcialmente subsistente. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente processo foi encaminhado para esta Câmara, na forma de Recurso de Ofício, para exame da Decisão exarada pela 1ª Junta de Julgamento Fiscal, consoante Acórdão nº 0271-01/09, que julgou Procedente em Parte o Auto de Infração nº 130609.0004/08-0, lavrado em 29/09/2008, o qual reclama a cobrança do ICMS, no valor de R\$449.185,27, decorrente da imputação das seguintes infrações:

1. Falta de recolhimento do ICMS constatada pela omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de suprimento de caixa de origem não comprovada, nos meses de fevereiro a junho, agosto a dezembro de 2004, janeiro, fevereiro e dezembro de 2005, sendo exigido ICMS no valor de R\$300.230,76, acrescido da multa de 70%;
2. Deixar de efetuar o recolhimento do ICMS por antecipação parcial, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação destinadas a comercialização, nos meses de julho a dezembro de 2004, sendo exigido ICMS no valor de R\$148.954,51, acrescido da multa de 60%.

O autuado apresentou impugnação tempestiva (fls. 270/271), sustentando, alusivamente à infração 1, que o autuante ao efetuar o levantamento de caixa não considerou: 1) os saldos iniciais de cartões a receber pendentes do ano anterior relativos aos Bancos Bradesco e Caixa Econômica Federal; 2) os valores de duplicatas a receber pendentes do ano anterior; 3) os cheques pré-datados pendentes do ano anterior; 4) empréstimos bancários e 5) cheques devolvidos.

Aduziu que o movimento de caixa e bancos e seus respectivos saldos demonstram que, nos anos de 2004 e 2005, todas as origens de caixa são superiores às aplicações, conforme comprovantes anexados, inexistindo saldos credores de caixa.

Ao defender a Infração 2, afirmou não ter o autuante observado que o valor de R\$20.987,68, referente ao mês de dezembro/2004, com vencimento em 09/01/2005, fora objeto de parcelamento, conforme demonstrado em relatório da própria SEFAZ.

Concordou com a correção dos cálculos nos demais meses apontados na autuação, totalizando R\$127.966,83.

Por fim, requereu a Procedência Parcial do Auto de Infração.

O autuante, em sua informação fiscal (fls. 665/667), inicialmente acatou, por ser procedente, a alegação do contribuinte quanto ao objeto de parcelamento, conforme relação da SEFAZ/BA de fls. 650/6

pagamento de parte dele, conforme comprovante acostado aos autos, diante do que a Infração foi julgada parcialmente subsistente.

Resumindo, acordaram os Julgadores, por unanimidade, julgar Procedente em Parte o Auto de Infração em epígrafe, sendo nula a infração 1 e parcialmente procedente a infração 2, recorrendo, em obediência à legislação vigente, a uma das Câmaras de Julgamento Fiscal do CONSEF.

VOTO

Após detido estudo deste PAF, o qual versa sobre duas infrações, descritas detalhadamente no relatório, constato serem ambas objetos do presente Recurso de Ofício.

Da análise específica da imputação de nº 1 e da Decisão recorrida, reputo ter sido o julgamento correto, desmerecendo qualquer reforma no particular, na medida em que os elementos informativos residentes na procedimentalidade, principalmente os demonstrativos elaborados pelo autuante às fls. 09 a 25, conduzem à nulidade da aludida infração, na forma originalmente apontada, ou seja, suprimimento de caixa de origem não comprovada, quando efetivamente a auditoria fiscal revela a existência de saldo credor de caixa, os quais serviram de base de cálculo para o lançamento do imposto exigido na ação fiscal.

Efetivamente, depreende-se da autuação uma divergência de interpretação dos fatos, que conduz a um lançamento eivado de vícios, ao autuar o contribuinte pela prática de suprimimento de caixa de origem não comprovada, quando isto não está comprovado nos autos. Não se pode confundir “suprimimento de caixa” com “insuficiência de saldo ou saldo credor da conta “Caixa”, pois são situações totalmente diferentes e, com tratamento diferenciado, à luz da legislação tributária estadual.

Diante de tais circunstâncias, e considerando a descrição imprecisa do fato pelo autuante, com amparo no art. 18, inciso IV do RPAF/BA, ratifico a Decisão da 1ª JJF, na linha da nulidade da imputação, acolhendo, também, a recomendação para que a autoridade competente verifique a possibilidade de renovação dos atos, a salvo de falhas.

Outrossim, no que pertine à infração 2, comungo do entendimento da JJF, no sentido de que nada mais há para ser discutido, visto que o autuado reconheceu a imputação, excetuando o valor de R\$20.987,68, objeto de parcelamento anterior à ação fiscal, comprovado, por documentos, no feito, como reconheceu, também, o valor remanescente de R\$127.966,83, já em procedimento de parcelamento, com parte do débito pago, segundo comprovante acostado ao PAF.

Nesse contexto e evitando delongas desnecessárias, afigura-se justa e legal a Decisão da JJF e, por conseguinte, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício advindo da 1ª JJF, confirmando a Decisão recorrida.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **130609.0004/08-0**, lavrado contra **BAHIA CABOS COMERCIAL LTDA.**, devendo ser intimado o recorrido para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$127.966,83**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologado o valor recolhido. Recomendado a autoridade competente que verifique a possibilidade de renovação do procedimento referente à infração 1, a salvo de falhas, com fulcro no artigo 21 do RPAF/99.

Sala das Sessões do CONSEF, 15 de setembro de 2010.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA – PRESIDENTE

VALNEI FRE

JOÃO SAMPAIO REGO